

## PROJETO DO DESENVOLVIMENTO COM O ÍNDIO

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Cod. 21000103

O processo de contato feito com o índio é sempre / no interesse do branco, pois o índio vive muito bem e até melhor sem esse contato. Alega-se que muitos morrem por falta de recursos e do conforto que pode oferecer a civilização, entretanto o processo de seleção natural tem permitido que os que vivem, vivam muito bem, não tenho dados para cálculos, porém posso garantir que o índice de mortalidade ainda é menor que os ocasionados/ pelas consequências da civilização, só os acidentes de trânsito/ já seria o suficiente

O contato visa sempre possibilitar construção de hidrelétrica, estradas, indústria extractiva, projetos de colonização, etc...

Para isso exige-se o que convencionou chamar de pacificação feitos pelas frentes de atração com a única finalidade de permitir a penetração em áreas indígenas.

A forma de se fazer isso é quase sempre deixando / presentes, tais como: facão, machado, panela, etc. Isso continua até atingir os objetivos propostos, então se estabelece um posto coloca-se funcionários e o índio começa a ser dependente do branco.

A 1ª coisa que o branco leva são as doenças e não leva com elas assistência adequada. Como o índio não tem defesa/ e nem remédio para a doença dos brancos, cria aí uma grande dependência.

A introdução de instrumentos e ferramentas começa/ alterar já os costumes, o modo de vida dos funcionários do posto influencia especialmente os mais moços.

O nosso complexo de civilizações superior começa a ser demonstrado de mil maneiras e dentro em pouco muita coisa se desestrutura na sua sociedade, especialmente quando tal pacificação é feita a "toque de caixa".

A pior coisa é quando se introduz o uso do dinheiro, pois junto com ele vem também o sistema de posse privada que vai afetar a organização comunitária da maioria das tribos e por não saberem fazer uso correto do dinheiro (se é que há quem saiba) são explorados e enganados quase sempre.

A vida do índio é quase sempre regulada por ciclos qual seja estações do ano, plantio ou colheita, chuva ou seca, e ele está perfeitamente integrado nesse sistema, portanto não trabalha nem mais nem menos que o necessário, mas quando começa a ser assalariado é requisitado na época que interessa o branco q/ que quando termina sua tarefa já passou o tempo de cuidar de sua própria roça e como não tem o hábito de fazer excedentes passa/ fome.

Os projetos civilizados visam sempre o progresso / do branco e são danosos para o índio. Quando uma estrada corta u ma reserva leva desde enfermidade, alcoolismo, prostituição, outras maravilhas civilizadas e fatalmente leva colonos e posseiros.

O índio precisa de um território muito maior que o branco pelo seu sistema de agricultura, pela coleta, pela caça, pelo seu espírito de liberdade que não conhece cercas e limites.

A 1º coisa que o branco faz é derrubar a mata, acabar com a caça, romper a cadeia ecológica e como o índio é parte integrante dela ou foge mais para o interior onde possa recuperar o equilíbrio, ou se torna dependente do branco.

O uso de inseticidas, pesticidas líquida o resto / sem caças, sem larvas, sem mel e sem peixes, sem suas raízes e muitas vezes até sem possibilidades para fazer o seu roçado ele se torna como maioria dos brasileiros: subnutridos, deslocados e marginalizados.

Então surge de diversos partos projetos da FUNAI, de missões, de particulares, cujos objetivos finais não são muito claros.

Antes de tratarmos disso, surge uma pergunta: É possível conciliarmos desenvolvimento e preservação? Creio que dentro do atual sistema econômico, isso não é possível.

A questão agrária não depende só de destribalização de terras, mas também de outros fatores, tais como: sistema/ de crédito, armazémanagens, transportes, e etc... O atual sistema/ permite e ató facilita a concentração da propriedade agrícola / nas mãos de uns poucos. As garantias necessárias ao crédito limita acesso do pequeno proprietário e praticamente exclui os parceiros e elimina o posseiro e é aí que o índio entra, segundo a lei em que o apertado, aperta o outro as invasões indígenas é quase inevitável.

Ora! desestrutura a sua organização sem terra em quantia suficiente para o seu primitivo sistema torna-se preciso fazer alguma coisa, uma das opções é transformar-se em mão de obra barata para o civilizado, dos muitos inconvenientes sem dúvida a destribalização gera males maiores, pois o indivíduo perde o senso comunitário e na maioria das vezes a família fica perdendo na reserva e dificilmente ele trás de volta alguma economia. Fazer do índio pão de fazenda é o etenicídio e aí é que entram os projetos de desenvolvimento. A 1º coisa que precisava ficar clara no projeto é o que se pretende alcançar com ele, quais os seus reais objetivos, isso nunca é muito claro e deixa margens para especulações.

É muito difícil conciliar desenvolvimento e preservação, quando há conceitos tão diferentes para as 2 civilizações desenvolvidas. Para um civilizado instalar uma fábrica de papel que renda empregos e divisas, embora para isso seja necessário / plantar uma enorme floresta homogênia na maioria das vezes com espécies estrangeiras num assassinato ecológico, matando inclusive os rios, onde solta os seus resíduos, isto é progresso e desenvolvimento. Para o índio que vive a milhares de anos sem produzir de papel, de emprego ou de divisas, isto é uma calamidade, uma destruição.

A preocupação em qualquer projeto deveria ser em 1º lugar o índio com o índio, direta ou indiretamente ele sempre visa o branco.

O índio quase nunca é consultado e quando é, é muitas vezes induzido a pedir coisas que são danosas para ele, enquanto comunidades ou então palhativos que só atrasa suas reen-

viabilizações legítimas.

Os projetos quase todos são feitos de cima para baixo e muitas vezes por pessoas competentes em seu campo, porém, alheias à realidade do índio e não muito por dentro da peculiaridade de cada tribo.

### PROJETOS FUNAI

Na sua maioria são caros, complicados, dependente de uma enorme burocracia e porque o centro de decisões está muito longe da área de aplicação, acontece verdadeiros absurdos do qual vou citar alguns exemplos:

O projeto integrado PI de Dourados, ano 77, no papel é uma beleza, na prática só parcialmente exequível. É verdade que para elaboração de tal projeto o chefe do posto / foi ouvido, porém não escutado, por exemplo: ele recomendou / que fosse adquirida 2 colhedeiras médias, considerando que a roça dos índios eram bastantes, porém pequenas e distantes uma das outras, considerou ainda que a soja ia amadurecer no mesmo tempo e que havendo 2 tribos na reserva o único atendimento lógico seria uma máquina para cada, pois bem mandaram-lhe uma única máquina de quase Cr\$ 600.000,00 que tinha capacidade para colher toda a safra daquele ano em 20 horas de serviços, além disso tinha 5 metros de largura, sendo que as estradas a mais larga tinha 3 e exigia ainda um operador especializado. Na verdade compraram a melhor máquina que existia, porém desadequada a função que se destinava, o mesmo fizeram / com um trator que além de não ser adequado foi comprado numa revendedora a 2 mil quilômetros de onde devia trabalhar, criando uma enorme dificuldade de manutenção, sem falar no que / deve ter custado o seu transporte e não foi por falta de aviso. O projeto previa tomada de preço e concorrência para posterior liberação de verba que até percorrer os canais competentes passava a época do plantio prejudicando a safra. Previa a construção de magníficas escolas, porém não a coisa mais simples que eram as charretes para transportar as professoras. Havia técnicos agrícolas e até um agrônomo, porém não havia meios de locomoção para que ele pudesse visitar as roças e orientar os índios.

O pessoal da base, especialmente o chefe do posto fazia o melhor que podia, porém não tinham condições e nem recursos financeiros para operacionar o projeto. Ao que eu soube nunca houve um curso de reciclagem para chefes de postos que antes tinham sido preparados apenas para serviços burocráticos e agora se viam dirigindo projetos agrícolas de milhões embora nada conhecesse sobre o assunto. As pressões / constantes que sofrem os chefes de postos e transferências / não lhes permite conhecer bem as comunidades, especialmente / seus costumes e línguas, embora alguns projetos cheguem em resultados numéricos bons, exemplo: colheu-se tantas toneladas / de cereais, quase sempre não trazem os mesmos resultados sócio / ambientais desejados.

Se chegarmos na aldeia 3 dias depois de que o índio recebeu o resultado da colheita, salvo raríssima exceção ele não tem um centavo, pois já gastou tudo na compra de

carros velhos, televisores, quando não com mulheres civilizadas e cachaça.

Eu mesmo dirigi um projeto patrocinado pela Igreja Metodista que quanto aos números foi um sucesso, pois os índios e suas famílias foram alimentados durante todo o ano agrícola e com alimentação muito rica a base de soja. Feita a safra pagaram tudo, inclusive o financiamento e ainda restou uma boa quantia em dinheiro que cada um recebeu proporcionalmente ao número de horas que trabalharam no projeto. Logo a seguir foram a vila mais próxima e 40 minutos depois havia gasto 36 mil cruzeiros e muitos nem sequer fizeram compras para a semana, considerei portanto o projeto todo um fracasso, porque não foi capaz de alterar em nada a situação de dependência do índio.

Qualquer projeto dirigido ao índio há de ser comunitário e deve ter participação deles, há de ser lento e necessitam em trabalho de equipe e os resultados medidos segundo a ótica deles.

Há ainda implicações financeiras sérias, por exemplo: se um saco de semente selecionada custa R\$ 300,00 e nós financiamos, quando ele colhe normalmente o preço vai ser em torno de uns R\$ 100,00 o que quer dizer que ele teria de dar 3 sacos por 1, e isso ele não aceita, é mais fácil aceitar de um particular ou mesmo de outro índio de mais posse a semente e por ela dar a meia a sua safra do que pagar 3 por 1. Para nós isso é um absurdo, porém numa sociedade em que conta até 4 e algumas até 2 e o que passa disso é numerado com o bastante metade é menos que bastante. Para a sociedade capitalista que empata X para receber Y realmente isso não tem sentido, porém, no raciocínio deles quem lhes ajudou com a semente sem a qual teriam zero é justo que participem com eles em pé de igualdade já que não consideram o trabalho um capital a ser empregado, porém, quem lhes negocia 1 saco para receber 3 é exploração, e eu pergunto: se isso não é um dos grandes problemas do nosso pequeno agricultor que quando planta a cebola ela custa a R\$ 350,00 e quando colhe, colhe apenas R\$ 2,00.

Ora! num projeto capitalista onde se prevê balanço de pagamento, juros, correções monetárias, etc..., como conciliar isso tudo? Daí eu concluo que até o sistema de prestação de contas e avaliação sobre projetos indígenas é furado.

Há que se considerar ainda as razões que eu chamo de ordens antropológicas ou culturais.

O trabalho para o índio não é um capital que ele tem para empregar e muito menos um castigo do céu, o trabalho é festa, muitas vezes com sentido religioso e ligado a cada fase natural de sua vida, como por exemplo é a troca de dentes.

A comunidade trabalha quando é tempo de trabalhar. Não se escrava pelo relógio e não tem preocupação de produzir excedentes. Como enquadurar isso em projetos capitalistas / onde a remuneração é considerada causa de inflação? Por isso/ que a maioria dos projetos não dão certos e a culpa é sempre a tribuída à indolência dos índios, quando não a desonestade / de funcionários que em muitos casos eu fui testemunha de sua / honestidade.

Outra vez que eu fracassei foi quando tentei introduzir um milho altamente produtivo que se chama Pira-Anão, selecionado pela ESALQ. A característica principal desse milho é que ele é pequeno, portanto não cai com o vento, facilita a circulação do ar e sendo uma planta anemófila seu tamanho facilita a polinização e consequente rendimento. Tudo foi bem até que os índios perceberam que o milho não crescia, abandonaram a cultura, desprezaram até mesmo as abóboras que haviam no meio da roça e começaram a dizer que ele era Avacuí Mítá que quer dizer milho criancê, mas com o sentido de manico, o que é considerado uma anomalia. Então eu me pus a estudar o milho nativo, o Avati-Morutí e percebi que graças a esse tabú eles puderam preservar puro durante milhares de anos o seu milho, desprezando as sementes das plantas que apresentasse qualquer anomalia fazendo assim uma seleção.

Então resta ainda responder a pergunta; que fazer com o índio aculturado? recuperar seu primitivo padrão é impossível, muitos desses índios tem carro, televisão e a ambição do branco de comprar coisas, embora nem tanto de preservá-lo. Se quisessemos tentar seria necessário pelo menos 10 vezes mais a quantidade de terra que possui e um trabalho de reconstituição/ambiental impossível num país onde a preocupação é devastar o que temos e ecologia é ficção.

É preciso considerar que essa população está aumentando e não diminuindo, como se propaga terá que se considerar os vários estágios de acultramento em que se encontram as comunidades e também as peculiaridades regionais.

Seria necessário um estudo sério e atualizado com uma visão clara do futuro, muito realista e difícil de se levar a efeito quando se depende de uma organização que faz plano para cunhas com dados de anteontem.

A maioria dos antropólogos que se propõem às vezes a executar projetos certamente idealizar o índio e pregam soluções utópicas já que não dispõem nem de recursos e principalmente do poder para viabilizar o seu idealismo.

Os missionários estão mais interessados na alma do índio; difícil mesmo são aqueles que os queiram por inteiro.

O ministério do interior a quem ele está ligado vê o índio como uma batata quente que de bom grado passaria para quem quisesse.

O órgão tutelar não vê a hora que esse tutelado cresça para ficar livre dele, aliás já querem fazer através do projeto de integração. Para a sociedade envolvente o índio é um impecilho ao progresso devia ser mandado para bem longe, havendo até os que pregue sua eliminação pura e simples naturalmente por métodos cristãos como: tomando suas terras, destruindo sua cultura ou confiando sua tutela aos estados.

O SIMI com sua política de conscientização e reenviadicação tem ocasionado muitos choques, tem conseguido muita coisa, porém como não costumam levar a público nenhuma de suas falhas e como é um órgão relativamente novo não dispomos de elementos para uma avaliação.

Grupos particulares ou instituições pouco podem fazer, pois a FUNAI não aceita sugestões, seus técnicos são muitos ociosos da sua competência e não costumam sequer responder cartas, especialmente se elas contiverem uma crítica por menor que seja.

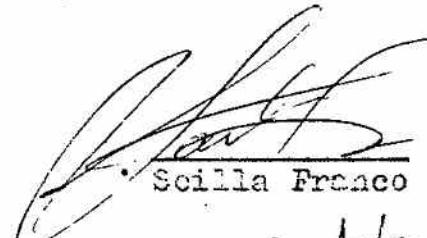
A burocracia para a implantação de qualquer projeto é tão grande que a Igreja Metodista durante 7 anos não conseguiu assinatura de um convênio no qual ela entrava com tudo não queria nada de volta e a FUNAI só participava com a autorização. Cada vez que falava um assunto pediam uma nova cópia do projeto e embora pessoalmente e tendo 3 bispos católicos por testemunha o General Esmarthes tenha determinado ao chefe da ASPLAM a assinatura, até ontem não havia sido feita.

As agencias do exterior que financiam projetos não estão necessariamente informados sobre certas particularidades, e fazem às vezes exigências absurdas, descritas e sua burocracia perde por muito pouco para a FUNAI.

As universidades estão muito mais interessadas em trabalhos acadêmicos, em teses, livros ou quem sabe em praças / de esportes, salões acarpetados, etc... que numa busca de soluções para qualquer minoria oprimida, algumas vezes fazem alguns movimentos quando isso pode lhe render alguns dividendos, porém como o índio não vota e não pode pagar o alto custo da educação civilizada ele fica muitas vezes esquecido.

Se existe esperança está na juventude universitária nos homens de espírito renovado, com novas perspectivas e possibilidades de uma revolução de pensamentos e de uma tomada de consciência, pois depois de exterminar os índios, destruir o meio ambiente, não sei em que espécie de mundo vocês vão legar/ aos seus netos, se vocês não acordarem agora.

N.M.S.C.



Scilla Franco  
agosto/80